



ÁSIA CENTRAL

A estratégia da UE de 2007 para a Ásia Central foi revista pela última vez em 2015. Esta estratégia tem como objetivo a estabilidade e a prosperidade, e visa, simultaneamente, a promoção de sociedades abertas, do Estado de direito, da democratização e da cooperação no domínio da diversificação e da segurança energéticas. O Parlamento destacou a importância dos direitos humanos, da boa governação e do desenvolvimento social. Em virtude dos níveis muito díspares de desenvolvimento e de democratização que se registam nesta região, a UE ajusta a sua abordagem em conformidade. Aguarda-se uma proposta para uma nova estratégia, cuja apresentação está prevista para meados de 2019.

BASE JURÍDICA

- Título V do Tratado da União Europeia (TUE): «ação externa»;
- Artigos 206.º e 207.º (comércio) e 216.º a 219.º (acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);
- Acordos de Parceria e Cooperação (APC) que regem as relações bilaterais, à exceção do Turquemenistão, com o qual vigora um Acordo Provisório de Comércio. O novo APC reforçado com o Cazaquistão está a ser aplicado a título provisório, na pendência da ratificação por todos os Estados-Membros da UE. Estão em curso negociações sobre o reforço dos APC com o Quirguistão e o Usbequistão.

SITUAÇÃO NA REGIÃO

A Ásia Central não é uma região homogénea em termos políticos ou económicos. A Mongólia, nomeadamente, apesar de classificada pelo Parlamento como fazendo parte da região, é um país «atípico» do ponto de vista histórico, geográfico e político.

No passado, o Cazaquistão e a Mongólia registaram as taxas de crescimento económico mais elevadas e pretendem estabelecer relações mais estreitas com a UE.

A Mongólia e o Quirguistão destacam-se politicamente por terem democracias mais avançadas. No entanto, os recentes desenvolvimentos no Quirguizistão são bastante ambíguos e comprovam a vulnerabilidade do desenvolvimento democrático e da situação dos direitos humanos. Em medidas diferentes, as demais Repúblicas, nomeadamente o Turquemenistão — um dos Estados mais autoritários do mundo — registam graves lacunas em matéria de direitos humanos, sendo a falta de independência do sistema judicial uma questão fundamental. Desde a tomada de



posse do novo Presidente usbeque, Shavkat Mirziyoyev, em 2016, as mudanças verificadas a nível interno, como a libertação de vários presos políticos, são testemunho de uma certa evolução positiva. No Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev renunciou ao cargo de Presidente, em março de 2019, após ter permanecido por três décadas no poder. Resta saber se e como tal conduzirá a uma mudança da situação no Cazaquistão.

As relações entre os países da Ásia Central eram, até há pouco, geralmente precárias, em resultado de contenciosos a nível transfronteiras e em matéria de recursos. Não obstante, a situação alterou-se rapidamente na sequência da mudança de liderança no Usbequistão em 2016, abrindo assim novas possibilidades de cooperação regional. A primeira cimeira sobre cooperação regional realizada desde a década de 1990 entre os dirigentes da Ásia Central teve lugar em Astana, em 15 de março de 2018. Prevê-se a realização de uma segunda cimeira em 2019, no Usbequistão. O risco associado à ascensão de movimentos islâmicos extremistas e ao regresso de combatentes provenientes da Síria e do Iraque é um assunto de preocupação comum. A região permanece ainda afetada pelo conflito persistente no Afeganistão.

Todos os países da Ásia Central seguem políticas externas multidimensionais, procurando estabelecer um equilíbrio nas relações que mantêm, nomeadamente, com a Rússia, a China, a UE e os EUA. As relações com a Turquia e o Irão revestem-se igualmente de importância. A neutralidade permanente do Turquemenistão foi inclusivamente reconhecida pelas Nações Unidas. As trocas comerciais da UE com o Cazaquistão e o Turquemenistão, principalmente no setor da energia, assumem proporções consideráveis e o comércio da UE com o Usbequistão está em crescimento, sobretudo na sequência da adoção do Protocolo em matéria de produtos têxteis UE-Usbequistão, ao qual o Parlamento deu o seu consentimento em dezembro de 2016. A UE registou igualmente com agrado a adesão do Quirguistão, do Tajiquistão e do Cazaquistão à OMC.

O Cazaquistão é membro fundador da União Aduaneira com a Rússia e a Bielorrússia. Em maio de 2014, estes três países criaram a União Económica Eurasiática, à qual a Arménia também aderiu e que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2015. O Quirguistão aderiu em maio de 2015.

ACORDOS EM VIGOR E EM NEGOCIAÇÃO

Em dezembro de 2015, a UE assinou um novo APC reforçado com o Cazaquistão, que o Parlamento Europeu aprovou em dezembro de 2017. O acordo tem sido aplicado a título provisório desde maio de 2016, na pendência da ratificação pelos parlamentos nacionais da UE. As negociações com o Quirguistão e o Usbequistão com vista a um APC reforçado foram encetadas em dezembro de 2017 e novembro de 2018, respetivamente. Ambos os países concluíram acordos de parceria e cooperação com a UE que estão em vigor desde 1999. O Tajiquistão, cujo APC está em vigor desde 2010, manifestou interesse em encetar negociações sobre um novo acordo bilateral em novembro de 2018. Em maio de 2013, a Mongólia assinou um APC com a UE, que entrou em vigor em novembro de 2017. As relações da UE com o Turquemenistão são regidas pelo Acordo Provisório sobre Comércio e Matérias Conexas de 2010, uma vez



que o Parlamento Europeu ratificou o APC assinado em 1998 sob reserva da existência de um sistema de verificação dos progressos em matéria de direitos humanos.

A [Estratégia da UE para a Ásia Central de 2007](#), revista pela última vez em 2015, tem como objetivo alcançar estabilidade e prosperidade, promovendo, ao mesmo tempo, sociedades abertas, o Estado de direito, a democratização e relações de maior cooperação no domínio da segurança e diversificação energéticas. Tal como solicitado pelo Conselho nas suas [conclusões](#) de junho de 2017, prevê-se que o Serviço Europeu para a Ação Externa apresente, em 2019, uma proposta para uma revisão profunda da Estratégia da UE para a Ásia Central, em consonância com a Estratégia Global da UE de 2016. A UE nomeou um Representante Especial para a Ásia Central, que tem realizado consultas com os intervenientes locais.

No futuro, as exportações de petróleo e gás do Cazaquistão e do Turquemenistão poderão revelar-se importantes para a UE. Um facto que se revestiu de importância para a UE foi a retirada da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) do Afeganistão, no final de 2014, embora permaneçam neste país alguns milhares de soldados dos EUA e da NATO. Em 2013, foi lançado um diálogo de alto nível UE-Ásia Central em matéria de segurança. A UE dispõe de delegações em todos os países da Ásia Central, exceto no Turquemenistão, onde tenciona abrir uma delegação de pleno direito em 2019. Recentemente, a UE abriu uma delegação na Mongólia.

Os fundos disponibilizados aos Estados da Ásia Central são financiados a partir do [Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento](#) (ICD): um montante de 1 028 milhões de euros para o período de 2014-2020 (um aumento em relação ao montante de 750 milhões de euros atribuído para o período de 2007-2013), que inclui a assistência bilateral e os programas regionais (360 milhões de euros). A assistência incide principalmente na educação, na segurança regional, na gestão sustentável dos recursos naturais e no desenvolvimento socioeconómico. O Cazaquistão deixou de ser elegível para as vertentes bilaterais do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento, uma vez que, em 2014, se viu atribuído o estatuto de país de rendimento médio superior, continuando, no entanto, a ter acesso aos programas regionais. No futuro, é provável que o Turquemenistão também alcance este estatuto. O [Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos](#) (IEDDH) opera em todos os Estados, exceto no Usbequistão e no Turquemenistão, onde as organizações da sociedade civil são escassas, mal organizadas e estão sujeitas a um controlo rigoroso.

O PAPEL DO PARLAMENTO EUROPEU

A. Posições adotadas (resoluções)

- Em [abril de 2016](#), o Parlamento apoiou a Estratégia da UE para a Ásia Central, tendo, no entanto, solicitado uma abordagem mais específica.
- No que se refere ao Cazaquistão, o Parlamento deu a sua aprovação ao APC reforçado em 2017 e saudou o facto de este país ter aderido à OMC em 2015. O Parlamento referiu igualmente a sua intenção de aplicar o princípio «mais por mais» no quadro das reformas políticas e socioeconómicas. Em [março de 2019](#), o



Parlamento Europeu manifestou a sua preocupação quanto à situação dos direitos humanos no Cazaquistão.

- Em 2010, o Parlamento aprovou uma resolução na qual manifestou a sua solidariedade para com o Quirguistão na sequência dos violentos distúrbios ocorridos no sul do país. Em [2015](#), o Parlamento manifestou-se preocupado com os registos de ONG efetuados pelo Quirguistão e com os projetos legislativos sobre a «propaganda» LGBTI que deste país elaborou. Em [janeiro de 2019](#), emitiu recomendações para a negociação de um novo acordo bilateral.
- No que diz respeito ao Tajiquistão, o Parlamento aprovou a conclusão do APC, em 2009, tendo simultaneamente apelado à realização de progressos em matéria de direitos humanos, corrupção, saúde e educação. Em [2016](#), o Parlamento adotou uma resolução em que manifesta a sua preocupação quanto à deterioração dos direitos humanos no Tajiquistão, nomeadamente no que diz respeito aos presos de consciência.
- O Parlamento tem reiteradamente manifestado a sua preocupação com o balanço negativo do Turquemenistão em matéria de direitos humanos, pelo que tem impedido até agora a entrada em vigor do APC. Em [março de 2019](#), o Parlamento formulou recomendações às quais deverá ser dado seguimento antes de o Parlamento ponderar a possibilidade de dar a sua aprovação.
- O Parlamento aprovou o Protocolo em matéria de produtos têxteis UE-Usbequistão em dezembro de 2016 na sequência do verdadeiro empenhamento demonstrado por este país, em estreita cooperação com a OIT, na erradicação do recurso ao trabalho infantil para a colheita anual de algodão. Em [março de 2019](#), emitiu recomendações para a negociação do APC reforçado.
- As declarações do Parlamento referentes à Mongólia têm incidido maioritariamente em questões económicas, embora digam igualmente respeito às necessidades deste país a nível humanitário e de desenvolvimento associadas a condições climáticas extremas. Em [2017](#), o Parlamento Europeu deu a sua aprovação ao APC UE-Mongólia.

B. Cooperação interparlamentar

As comissões parlamentares de cooperação com a maioria dos países da Ásia Central reúnem-se todos os anos. Os deputados ao PE acompanham a aplicação dos acordos, centrando-se nas questões que se prendem com os direitos humanos, a violência política e a cooperação e desenvolvimento económicos, bem como com os processos eleitorais. Na sequência da entrada em vigor do APC com a Mongólia, o Parlamento advoga a criação de uma comissão parlamentar de cooperação. O Turquemenistão seria assim o único país a não dispor de um tal órgão. Não obstante, realizam-se reuniões interparlamentares com o Turquemenistão.

C. Observação eleitoral e promoção da democracia

Devido aos níveis de desenvolvimento político divergentes e às enormes disparidades entre os níveis de progresso democrático na Ásia Central, o Parlamento não procedeu a uma observação sistemática das eleições na região.



- No Tajiquistão e no Quirguistão, o Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE/ODIHR), incluindo as delegações do Parlamento Europeu, observou as eleições legislativas de 2015 que se realizaram nestes dois países e as eleições presidenciais de 2017 no Quirguistão. As conclusões a que chegou a respeito do Tajiquistão foram negativas, mas mais encorajadoras no que se refere ao Quirguistão.
- O Cazaquistão convidou esporadicamente o Parlamento a observar as suas eleições. O ODIHR da OSCE detetou de forma recorrente deficiências substanciais.
- Uma delegação do Parlamento Europeu observou as eleições legislativas de junho/julho de 2017 realizadas na Mongólia, tendo assinalado o facto de o país estar a desenvolver uma sólida democracia.
- O Parlamento nunca foi convidado a observar eleições no Usbequistão ou no Turquemenistão.

Fernando Garcés de los Fayos / Michal Jiráček
05/2019

